

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0032937

F
981.42
M379

IVAN PEDRO MARTINS

B A H I A

RIO DE JANEIRO — 1955

F 981.42
M379b
ex. 2

IVAN PEDRO MARTINS

B A H I A

F
981.42
773796
ex. 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA CULTURA	
DEPARTAMENTO DE INTERCÂMBIO CULTURAL	
BIBLIOTECA NACIONAL	
NUMERO	DATA
F1668	10/11/56

I

NÃO fui à Bahia, voltei. Terra de meus avós e de D. Janaína, Bahia meu país. Gostaria de pedir à língua as doçuras maiores e descobrir aquelas palavras esquecidas que dizem da côr de tuas águas, de tuas casas e igrejas, da roupa de tua gente, do cheiro de Itapoã, do surdo rumor cadente dos candomblés africanos... Seria de taconeio, repiquete e batucada quando contasse do samba, falasse de capoeira, inventasse trova nova na bôca do trovador, escritor dos ABC e dos versos do mercado.

O moringue ali é caco, que na Feira de Água de Menino a cerâmica rebrilha e cintila nas pilhas desembarcadas dos saveiros do recôncavo. E o negro carregador, torso nu brilhando ao sol, pediria ao barraqueiro "me dê a mão, ioiô, pra descê o samburá..." E, rouquejando, diria dêsse troar primitivo do porongo que ressoa debaixo do berimbau. Ah, moeda feiticeira, zunindo na corda solteira dêsse instrumento sutil. E o xi-qui-tic, xi-qui-tic do agogô acompanharia a vareta nervosa que marca a cadência do canto sensual.

Sairia deslizando no saveiro "Meu Sinhô", assuntando o céu turquesa, rezando ao mar pelo peixe en-

quanto fizesse frete para Aratu, Maragogipe, Cachoeira, Itaparica. E o fifó no camarote alumiaría o fogão, a moqueca estralejando e a nêga, quituteira conhecida. Pitando um de palha, tragaria com o cigarro o cheiro molenguento do dendê.

Ah Bahia! Por certo andaria de conversa com a negra do acarajé, que me diria: "pouco ou muito mólho, sinhô?" E um crioulo de branco diria: "Bote pouco, meu irmão, que a malagueta tá forte."

E iria para Pituba ver a puxada do xaréu. Ver só, meu irmão, nada de agarrar na corda sagrada que puxam mãos de três gerações. Desancaria as enxeridas e moleques de outras terras que se metem a bêsta na festa de homens que é essa puxada. Faria um desenho escrito e móvel e como dançado ao som do batuque. Enxotaria essa gente esquisita que acha engraçada a labuta brutal dêsses homens do mar. Pescadores do xaréu, meus irmãos, donos do vento e da chuva, donos da onda e do peixe, escravos do empreiteiro, mas donos do sol também. E quem me lesse ouviria as estrofes cadenciadas com que se invoca Iemanjá e se lhe diz que é parente dos que puxam. "Eu sou filho, eu sou neto de Aruanda..."

Vem, oh peixe, vem!

E diria da procissão de barcos e da festa da rainha do mar, lavaria, em chuás de baldes atirados, o adro do Bonfim.

E essas palavras tôdas, por amor que contivessem, não seriam amor, Bahia, meu país. Seriam trova espan-

tada, encantada de quem só te viu os regalos e esqueceu as mãos humildes que labutam, e os peitos enrouquecidos, não no samba, mas na tosse.

Por isso faço mesura e por aqui me quedo, pois "amor son hechos, no buenas intenciones".

Terei que falar frio e duro, que isso me parece mais apêlo que o derramado amor que tenho a ti, Bahia, meu país, e a vós, baianos, meus irmãos...

II

HÁ 18 anos estive na Bahia por primeira vez — subi e desci ladeiras, falei em comícios a seu povo, lá fiquei tempo bastante para poder afirmar que ajudei a carregar o fardo heróico da luta pela liberdade, pela justiça e contra a miséria e a opressão.

E se me entendi com sua gente, amei suas ruas e casas, seus monumentos e coisas que nos dizem de um passado de nação.

Nesta América cigana, mundo novo mesmo, onde centenas de milhões de homens atados à canga da exploração realizam a maravilhosa aventura de ocupar 3 continentes, pouco lazer houve para assentar cimentos e alicerces, fazer história na pedra e na madeira.

Nossas grandes cidades são imensos acampamentos, sempre a recomençar a jornada, nunca terminando de fazê-la — não temos bairros, ruas ou praças que lembrem passado que mereça êsse nome! Esquinas que conhecemos ainda há poucos anos desapareceram e não se fêz algo que dure, senão algo que desaparecerá em poucos anos. São cidades ainda por fazer.

Bahia, não.

Bahia é.

Como nas cidades veneráveis da Europa, as ruas e praças, as casas e igrejas, os fortes e capelas, as ladeiras e esquinas têm história.

Debalde a burrice ou a canalhice negociista tenta enodoar a cidade com a empulhação de um progresso de fancaria — a Bahia tem resistido.

Progresso seria dotar de água, instalações sanitárias, cozinhas e demais confortos os imundos casarões nobres que se esborroam carunchados sôbre famílias tuberculosas de gente faminta.

Progresso seria haver eliminado essa miséria gritante, êsse opróbio inconcebível da pobreza infinita do povo baiano.

Não é progresso derrubar verdadeiras jóias arquitetônicas para plantar indescritíveis edifícios com nome de edifício de apartamento em cimento armado.

Não é progresso escolher uma ruela como o beco do mingau e prostituir-lhe o chão enchendo de cimento o vão entre as pedras moleque.

Nem progresso são essas casas da Barra e da Graça, da Vitória ou do Machado, onde ricos novos e antigos esparramam seu mau gosto, seu dinheiro e sua empáfia vasia, contra as nobres linhas tradicionais da arquitetura urbana.

Nem é progresso um pseudoplano urbano que pretende fazer uma “limpeza” nos velhos casarões do centro, para ali pôr êsses caixões desumanos com gavetas numeradas chamadas apartamentos e onde se repetiria

o cortiço, a cabeça de porco, a casa de cômodos que hoje lá existem.

Eliel Saarinen, o urbanista finlandês, diz que a cidade é um ser em três dimensões — não é um amontoado de casas feitas sobre uma planta horizontal. O volume das casas e sua disposição é que verdadeiramente dão fisionomia a uma cidade. Um pouco de sua alma está nessa linha quebrada dos telhados, formando o particular desenho de seu corpo.

A cidade é um todo — não é a rua ou a praça como artéria de circulação. São as casas da rua ou da praça, é a igreja, o monumento ou a casa do govêrno, é a grama e a árvore, o chafariz e a flor.

A cidade é o homem que nela vive de pé e não de bruços.

Daqui pareço ouvir o grotesco resmungo de gente que tem nojo “dessa negralhada”, que quer “botar abaixo essas velharias”, e acabar com “comida africana”, que elas não comem. Gente que detesta as velhas ruas, as velhas casas, às vêzes até velhas igrejas e principalmente detesta essa inconspicável fôrça cósmica e indeformável que é o povo baiano.

Povo mulambento, faminto e desabrigado. Morando em tocas, amontoado em cubículos imundos, mal comendo, mal se vestindo, se contaminando com quanta doença houver por aí. E povo que canta, que dança, que pinta, que inventa, que cria e trabalha, que ama e se perpetua.

Não posso pensar na Bahia sem pensar no seu povo e nêle não posso pensar, sem pensar nos pedaços

de história que viram poeira dos velhos prédios que se esbandongam.

Andei, subi, desci, olhei essa nossa cidade da Bahia, capital de meu país. Está indo abaixo aos poucos, mas indo mais depressa do que parece.

Aos curtos de vista da terra, que querem varrer-lhe a bela estrutura, se une o interêsse de fora que a quer descaracterizar. Querem arrasar a Bahia e fazer outra cidade no seu lugar — mas essa não seria Bahia, seria tudo menos a cidade mãe de todos nós, mãe do Brasil.

E a estão arrasando.

Em 1948, estive no terreiro e lá encontrei um sobradinho com varanda oriental moçárabe que fotografei, pois era o único na Bahia. Agora em 1953 já não existe mais e com êle vários velhos sobradões.

Os cinco anos de ausência me deram noção do crime que se está cometendo contra o Brasil ao destruir pedaços inteiros da Bahia.

E' necessário elevar um clamor, mover os baianos e não baianos, gente de tôda parte para salvar a cidade — guardar-lhe o porte altaneiro e acabar com a miséria.

Isso será conquista e não favor, mas só no caso da luta começar já.

Veremos mais adiante o que é preciso fazer.

E o faremos, Bahia, meu país, com Iemanjá e o Bonfim, com pescadores e barcos, com candomblés e batuques, com capoeira e canção, com tôda a Bahia em pé.

III

DISSEMOS antes que as cidades são tridimensionais e não estávamos com isso invadindo a seara alheia de arquitetos e urbanistas. A cidade reflete a sociedade que a habita, é tão sensível à sua composição social que suas diferenças de classe se projetam nas casas em sua distribuição e padrões de conforto.

E êsse reflexo se mostra nas três dimensões e não em duas. E essas coisas interessam ao crítico e ao técnico, mas principalmente ao cidadão.

Por outro lado uma cidade cresce como um organismo e atinge certa maturidade que serve de medula à sua personalidade. Essa maturidade é plástica, se manifesta também em três dimensões. E' como a fisionomia de um adulto e não o impreciso debuxo do infante. Sobre a correlação entre a sociedade e a cidade há um belo estudo de Edvaldo Pereira Paiva, urbanista gaúcho, autor de vários planos diretores e pesquisador sério em sua profissão. Êle vê, através a história, como a sociedade ocupa as cidades.

Também dissemos antes que nossas cidades americanas são gigantescos acampamentos, mais ou menos

amorfos e móveis, sempre em mudança. Ao contrário das velhas cidades européias, quase não existe cidade americana com característica própria.

Bahia é uma, senão a única.

Sua adaptação topográfica, a cidade assentou-se nas montanhas, abraçou-as, vestiu-as e ficou essa bela coisa colorida e viva que fala da alma baiana antes de se topar com ela. E abraçou a montanha de tal modo, que ficou debruçada sobre o mar a namorar os domínios sem fim de Iemanjá.

As igrejas, fortalezas e conventos serviram de vértices às linhas, ora quebradas, ora sinuosas, do casario urbano e assim, entre os monumentos, se encheu o vazio com a moradia cidadã.

O casario baiano foi formando volume, ocupando o espaço entre os monumentais edificios como igrejas, palácios, fortes e conventos.

Quem do Terreiro olhar a ladeira do Pelourinho perceberá de imediato o conteúdo homogêneo dessas velhas construções. As igrejas assentam entre o casario como grandes galinhas em seus ninhos. Qualquer delas teria um aspecto desolado e incongruente se fôsse desprovida do cenário que os sobradões lhe armam.

Eis algo sobre que se poderia discorrer indefinidamente. A ladeira do Tabuão, a do Pelourinho, a Água Brusca, e para não citar outras, explicam gráficamente o que é a integração da moradia cidadã com o monumento urbano.

Durante essa minha passagem pela Bahia tive ocasião de conversar, de ouvir homens que amam e conhe-

cem profundamente a cidade — Wilson Rocha, Mário Cravo, Vasconcelos Maia, Odorico e Cláudio Tavares, Carlos Eduardo, Pancetti, José Valadares. Há em todos um desencantamento impressionante. Aqui no Rio encontrei Mota e Silva, Darvin Brandão.

E' gente que viu de perto a criminosa atitude dos que mandam na boa terra. Assistiu ao saqueio da riqueza artística por mercadores adventícios, percebeu a convivência de quem devia zelar pelo patrimônio cultural baiano com os que depredavam, furtavam e destruíram riquezas da terra. Há coisa escrita sobre o desplante de alguns figurões, como o que mandou arrancar no beco da Califórnia um lampião histórico, a fim de instalá-lo na própria casa.

Essa gente viu cair a Sé e assiste demolições que são viviseções urbanísticas. A picareta na pedra ou na argamassa de óleo de baleia é como punhalada em víscera da cidade.

Todos sabem que as verbas do Serviço do Patrimônio são escassas e que os governantes não se interessam por esse acervo permanente, que não é imponderável por ser tangível, mas o é pelo que contém de sugestões e de lembranças.

Gostariam êsses homens de fazer algo para salvar a cidade. Usam de sátira contra a basófia recém-enriquecida dos que se acoitam em monstrenhos palaciais. Acalentam velhos hábitos, estimulam crenças e estão sempre a avisar o baiano de que deve cuidar do que é seu. O correr do tempo, porém, foi-lhes gastando as garras e o desejo de servir. Só o forasteiro lhes compreende

o zêlo. O forasteiro e o povo baiano quando chegam a inteirar-se de que têm seus paladinos nesses homens.

Nenhum dêles ignora que é preciso um esforço maiúsculo para dar higiene e conforto aos miseráveis que ocupam os velhos sobradões.

Eis um detalhe simbólico do que é a Bahia. Os maravilhosos sobradões de outras eras, agora se tornaram casas de cômodos, cortiços. Quem ali habita é o povo. Os quartos são redivididos por tabiques de madeira e entre êsses tabiques chafurdam inúmeras criaturas. Só um sobrado, o 24 da ladeira do Pelourinho, me disse Wilson Rocha que abriga mais de 300 pessoas. Não há instalações sanitárias que mereçam êsse nome. A luz é fifó. A água é em lata enchida na bica. O chão carunchado. O fôrro ocupado por ratos, baratas e insetos mais vis.

Eis o que precisa de correção e essa não consiste em derrubar o sobrado, como veremos depois; consiste em partir da origem e não das conseqüências. O povo miserável habita tugúrios que são jóias arquitetônicas e partes integrantes do corpo da cidade.

Eis o simbolismo, a mais valiosa e autêntica riqueza urbanística da cidade que abriga o mais autêntico cabedal humano. Mas ambos estão deteriorados. Se as casas se esbandongam por falta de conservação, o povo se estiola na fome e na tuberculose.

A boa terra tem *records* em matéria de doença.

E como salvar o homem e a casa?

IV

O PROBLEMA é duplo. O centro da Bahia, parte de sua cidade baixa, a Preguiça, a Jaqueira são coisas de inestimável valor histórico e artístico. Precisa ser salvo para o Brasil e não apenas para os baianos. E com ela deve ser salva a população pária que a habita.

Fiz perguntas simples. Os moradores poderiam eventualmente cotizar-se para pintar e rebocar as casas que ocupam?

A resposta é um NÃO definitivo. E' gente que vive em tal pobreza, que passa dias sem comer e ainda se atrasa no aluguel ínfimo.

Podem os proprietários pagar essas despesas de conservação?

A resposta é também NÃO definitivo. Dizem-me os informantes que tão ínfimos são os aluguéis e tão atrasados andam que não dão para custear obra qualquer.

Conste que essas informações são transmitidas como as recebi.

Em qualquer país civilizado, onde se tem noção da importância da conservação, as casas são pintadas de três

em três ou de quatro em quatro anos. Em certas cidades pintam de dois em dois. Isso sem contar com a lavagem da fachada que se usa na Holanda.

As casas baianas passam tempo indefinido sem pintura. E não apenas sem pintura. Rebôco sem remendo, telha quebrada, soalho podre, cano vasando, tudo isso se eterniza.

Pode o patrimônio atender a isso? NÃO.

Gente! Respondidas assim as perguntas, a situação parece sem saída e convida a dizer como tanto idiota sôlto com pretensões progressistas — “o remédio é varrer com tudo e começar de novo”.

Há um “mas” na solução. Para varrer e começar de novo tem-se que gastar dinheiro e o problema é de dinheiro. Donde se vê que é desonesta a solução oferecida.

O que essa gente odeia é a cidade que simboliza o povo — odeia a cidade, como odeia o povo. Cidade e povo que deram sambistas, pescadores, capoeiras, pais de Santo, comida famosa e arte também. Que deram o negro no eito da cana, o branco açúcar é filho do suor negro. Que deram igrejas, canções e trabalho, que deram Bahia.

Se há dinheiro para derrubar e começar de novo, deve haver dinheiro para reparar, conservar e manter esse relicário histórico que é a nossa cidade da Bahia. Parodiando velha frase famosa da Bahia, há dinheiro para, na cidade de Todos os Santos, haver conforto por todos os lados e vergonha por todos os cantos.

Por enquanto faltam os dois. Mas com ajuda da vontade e um pouco de coragem chegaremos a encontrar êsses meios de que tanto se fala para salvar a cidade do Salvador.

E é a da Bahia, de seu povo, de seus melhores homens que virá o apoio mais sério e mais sólido a êsse esforço.

Hoje é dever brasileiro unir vontades para cuidar amorosamente do berço da pátria, da cidade mãe de todos nós.

V

QUANDO se escolhe um objetivo para atingir é mister acertar na escolha dos meios e do caminho. E mais necessário ainda se torna conhecer o problema dos meios sob todos os ângulos, ou pelo menos dos que se puder conhecer.

Salvar o núcleo da velha cidade da Bahia, conservando o patrimônio arquitetônico que ela encerra é apenas uma visão de conjunto do problema. Há aspectos particulares talmente importantes que de nada servirá o desejo apenas de lutar pelo objetivo, pois antes dêsse há uma barreira nesses aspectos particulares condicionadores da jornada.

O problema humano de abrigar os milhares de seres atualmente amontoados nos velhos sobrados não é dos menores problemas a resolver.

Há que levantar um censo preciso de tôda essa gente, classificá-la profissionalmente, a fim de determinar em que grupo previdenciário se enquadra, saber de suas condições econômicas, obter dados completos capazes de permitir um planejamento sério na redistribuição de moradias.

Tendo em conta que a idéia geral é modernizar e higienizar o interior d'esses sobrados, de modo a obter sadios apartamentos populares, totalmente equipados com água, instalações higiênicas, cozinha e ventilação, enquanto se reforçam alicerces, se estabilizam paredes e se reconstituem fachadas, paredes externas e telhados. é de supor que centenas de famílias devam ser deslocadas, pois, cada prédio modernizado abrigará número de pessoas muito menor que o presente.

Nem teria sentido realizar um gigantesco esforço de preservação da velha cidade, se fôsse para manter a sordície miserável que hoje encerra. Onde hoje chafurdam 300, é provável que passem a viver decentemente abrigados 60 a 80 pessoas. Sobrarão 220 — e esse não é um problema de somenos.

Vamos encará-lo de frente que aqui não se busca agitação demagógica senão ação prática e honrada capaz de atender o interesse popular e a preservação do mais rico patrimônio cultural do Brasil.

Esse problema humano tem 3 aspectos básicos a serem enfrentados:

- a) Para onde devem ser deslocados os moradores enquanto se reconstrói o sobrado;
- b) Onde se localizam as sobras;
- c) Quais os que voltam ao sobrado.

O item c pode ter certa amplitude na escolha dos próprios inquilinos, mas é necessário um princípio diretor da escolha para evitar a perplexidade que causaria todos quererem voltar, por exemplo.

Como poderia parecer que os carros estão indo adiante dos bois, deixa-se a questão em suspenso e passa-se a outro problema. Na verdade não seria possível estudar o problema final de mobilização dos moradores sem resolver o problema de propriedade dos prédios.

Eis um problema grave — a propriedade dos prédios. Cravo e Wilson Rocha me explicaram como certos proprietários resolvem o problema de demolir um velho sobrado para substituí-lo por um rendoso edifício de apartamento. E' o sistema do fósforo. Prende-se fogo ao edifício e cria-se o irremediável. Isso é crime 2 vezes, mas o autor pode dizer "o prédio é meu, faço o que quero!"

Esse desatino, essa insensatez imperdoável por ser consciente e não casual, se pratica, é um dos aspectos da asquerosidade gananciosa de maus brasileiros, de transfugas baianos, que destróem coisas irreconstituíveis em busca de lucros maiores.

Por coisas como essa alguns de meus amigos baianos dizem que o jeito é pôr abaixo essa gente e não os prédios, pois tais problemas não se resolvem no regime presente.

Eis uma verdade aparente que não é a verdade inteira e principalmente não é a verdade no tempo. O ideal seria um Governo com fôrça e meios de tratar da conservação de velha cidade sem futricas leguleias, mas isso não impede que se consiga alguma coisa enquanto se trabalha pelo todo.

O operário que sonha com e luta pela revolução não abandona a luta por melhores salários, por proteção

aos filhos e à velhice, por melhores condições de trabalho. Sabe que somente obterá tudo se tiver o poder nas mãos, mas vai arrancando aos poucos as migalhas indispensáveis à própria sobrevivência.

Essa é uma lição valiosa, pois na luta por essas migalhas o operariado descobre suas forças, organiza suas fileiras, assegura-se dos aliados e marcha para conquistas maiores.

E' algo semelhante a luta pela conservação da velha Bahia. Conseguir-se-á algo lutando com tenacidade e inteligência e milhares de seres se educarão na luta por um teto decente.

O que necessita paradeiro imediato é a destruição de velhas casas. E só há um modo de impedir que ela continue.

A lei, a ação de tombar não encerra o assunto. O fósforo propaga o fogo, esteja ou não tombada a massa de incêndio. E' necessário que se mostre vantagem pecuniária na obra empreendida.

Sem esse estímulo monetário os proprietários prefeririam o fósforo. Sendo assim, cumpre ao Serviço do Patrimônio mandar já, e não mais tarde, proceder ao tombamento dos edifícios que compõem o núcleo urbano da velha Bahia. E' a providência mais urgente, mais imediata e que dará uma oportunidade para a ação posterior.

Rodrigo de Melo Franco não tem as verbas que necessita, precisa atender a setores os mais diversos do país, mas o problema financeiro vai ser tratado depois. O problema agora é dar força de lei ao tombamento do

que se poderá chamar a "Cidade Velha" no conjunto da capital baiana. Não se trata de tombar toda a Bahia e sim de um núcleo central a ser determinado por técnicos, a fim de limitar o campo de luta e torná-lo possível e não utópico.

Essa medida inicial, desde que aceita a idéia de tornar patrimônio nacional esse núcleo da cidade, deve preceder todas as outras as quais apenas completarão essa atenção legal a um problema urgente.

Tombados os edifícios caberá aos técnicos novo trabalho, qual seja o de estabelecer medidas de defesa contra a fraude e a tentativa de destruição à base do sistema do fósforo.

E logo após faça-se um cálculo responsável sobre a nova rentabilidade dos prédios reconicionados, dando ao proprietário vantagens econômicas visíveis.

Os problemas legais devem ser tentados pelos juristas e haverá por certo saída para todas as dificuldades do gênero.

Não há dúvida que há outros problemas a serem resolvidos após o tombamento, trataremos deles, em síntese, mais adiante, mas todos os baianos, com quem falamos, disseram que o primeiro passo é tombar o que se quer proteger.

Vai daqui um apêlo a Rodrigo Melo Franco, a seus incansáveis auxiliares, a essa gente dedicada que faz do serviço do patrimônio uma das poucas coisas respeitáveis no Brasil — não pensem em verbas, por enquanto, teremos que recorrer a outros meios para enfrentar o problema financeiro.

Que se organize uma comissão incluindo gente do patrimônio e gente de fora do patrimônio para estudar de imediato qual a zona a ser poupada, traçar-lhe os precisos limites, cadastrar as construções nela incluídas e apresentar o projeto final de tombamento.

O espírito que deve presidir o trabalho é o de salvar, não apenas os monumentos isolados, mas conjuntos urbanos. Ruas e bairros completos com valor histórico e artístico.

A comissão não deve ser burocrática nem infestada de medalhões inúteis. Gente enérgica e apta. Arquitetos, engenheiros, plásticos, escritores e ensaístas, gente que se decida a realizar o estudo rapidamente, delimitar a futura "Cidade Velha" e apresentar o projeto.

Não deve ser ambiciosa, nem deixar-se tentar por um tombamento muito extenso que impossibilitaria a ação prática — para o que se quer, basta uma zona característica com ruas, ladeiras, becos e praças onde igrejas, conventos e fortes se liguem uns aos outros pelo casario.

Um trecho ligado ao mar, que a Bahia é marinha, e pronto.

O programa é fácil e difícil. Fácil porque limitado, difícil porque exige discernimento na escolha.

Há no Salvador gente que daria caloroso apoio prático a uma comissão dessas. O próprio patrimônio tem lá homens capazes de mover-se, caso percebam que vale a pena o esforço.

Atendido ao tombamento, passar-se-á a enfrentar a tarefa ingente, pois que não vai ser suave o caminho a percorrer.

Interesses escusos, covardias vestidas de moral, ganância com máscara de ordem, tudo se moverá contra esse esforço de profilaxia social e preservação cultural.

Por ser grandioso, e nobre e limpo, o alvo merece a dedicação que se pede para alcançá-lo. Seria iníquo pedir esforço e sacrifício para um alvo mesquinho ou para uma esperteza a mais.

E' da nação em seu bérço que se trata. E' a milhares de séres humanos brutalizados pela miséria que se pretende atender. E isso deixa de ser aspiração local para se tornar de interesse nacional.

Veremos mais adiante como encontrar o dinheiro para levar a cabo a luta.

VI

V IEMOS examinando o problema de conservar e manter uma “Cidade Velha” na Bahia, menos por amor ao pitoresco que pela necessidade de cultivar nossos marcos nacionais.

À medida que abordamos o assunto, e nêle penetramos em profundidade, fomos encontrando dificuldades e óbices laterais que precisam ser enfrentados. Problemas jurídicos e fiscais, problemas médicos e higiênicos, problemas técnicos e estéticos, problemas sociais e políticos.

Não é pequena tarefa a que se encontra ante todos os brasileiros que amam sua terra — é dura e áspera a lida que jaz à frente. Isso é um convite a nosso orgulho nacional.

Os políticos, velhos e novos, perceberão o capital a ser derivado de um programa que atenda o lado humano e o urbano aqui levantados — nem lhes faltará a malícia para perceber que o problema levantado involucra massas populares e que a solução apontada contará com o apoio dessas massas.

Os artistas compreenderão, por certo, o campo que se abre à sua participação no campo da cultura prática.

Além do mais satisfarão desejo velho, qual seja o de escorar ruínas amadas que não sabiam como defender.

Os técnicos encontrarão campo para soluções ousadas, o que não é pequeno prêmio para um verdadeiro técnico.

Médicos e higienistas terão um campo de prova, estudos sôbre tuberculose, mortalidade infantil, doenças parasitárias, tudo em relação ao meio social. Eis algo que um cientista não refuga.

Os governantes e administradores, por pouca acuidade que possuam, perceberão a extensão de um gesto na direção certa.

Empreiteiros e homens de negócios não deixarão de ver a oportunidade para negócio e lucro que oferece a reconstrução de uma cidade e as instalações correspondentes.

As organizações de classe perceberão que comércio e indústria se beneficiarão com os investimentos a serem feitos dentro do plano.

E os homens, mulheres e crianças que se beneficiarão com a idéia darão apoio caloroso à iniciativa.

O certo é que não pode haver descontentes, fora de pequenos grupos estúpidos que não contam um problema dessa magnitude.

Fica a pergunta: “De onde virá o investimento? Quem financia isto?”

Eis o ovo de Colombo, a solução fácil e correta que encontramos em longas conversas com gente de vária origem e interêsses.

Os Institutos de Previdência.

Sabendo-se que o Serviço do Patrimônio não poderia arcar com gastos dêsse vulto, que a Prefeitura do Salvador e o Governo do Estado não estavam dispostos, nem aptos, para tal empreendimento, que seria utopia obter tal coisa da ação privada e que o Governo Federal não tem meios para atuar com eficiência de modo direto, só resta uma alternativa — os Institutos e a Fundação da Casa Popular.

O programa de residências populares é levado a cabo em todo o país, os núcleos de industriários, comerciários, bancários, etc. se erguem por tôda a parte. Há somas vultuosíssimas empregadas nessa obra pela Fundação da Casa Popular e pelos Institutos.

Ora. O que se quer na Bahia é tratar da casa popular que coincide com uma riqueza histórica e artística. Entra o plano nos objetivos de habitação barata para o trabalhador. Não se trata de desviar verbas, de fugir a finalidades estabelecidas em lei, senão de usar o bom senso e o patriotismo para o caso particular da Bahia.

Por que construir novos núcleos residenciais?

Por que investir errado?

Ao se reconstituir a "Cidade Velha" se está construindo moradia popular, se estará atendendo às finalidades dos Institutos e da Fundação da Casa Popular — tudo depende de uma decisão, da qual devem derivar plano e coordenação.

Se o governo determinar que os Institutos de Previdência não comecem obra nova alguma na Bahia, se a

Fundação da Casa Popular fôr instruída sôbre o que deve e como deve investir na Bahia, se o Serviço do Patrimônio fôr convocado para agir como guia dessa obra monumental, se a Prefeitura do Salvador fôr mobilizada para coordenar a obra com o plano urbano, além de atender os aspectos de higiene, água, luz, etc., teremos meio caminho andado na realização do objetivo proposto.

Não se trata de utopia ou sonho vão — é coisa prática e fátivel. Não depende de dinheiro inexistente, o dinheiro existe e pode ser aplicado nisso.

Qual o dirigente de Instituto ou de Fundação da Casa Popular capaz de ignorar a obra que realizaria provendo de moradia centenas de famílias e defendendo um patrimônio nacional inestimável?

Qual dêles ignoraria o papel histórico que exerciam cumprindo êsse programa?

Qual o político que ignoraria as conseqüências de uma obra dessas? E qual o brasileiro, qual o baiano que pode ser indiferente a ela?

E' um ovo de Colombo porque encontra com simplicidade a fonte de investimento. Até agora discutia-se porque não havia dinheiro. Aceita a tese, como não pode deixar de ser aceita, de que essa tarefa cabe aos Institutos financiar, todos os demais problemas passam a ser dados de integração.

Cada particularidade se encaixará no esquema geral, os homens e as coisas terão seu lugar na obra e uma longa via se apresentará para as realizações.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955

COLEÇÃO «ASPECTOS»

Direção de José Simeão Leal

- 1 — ENSINO DE LITERATURA Afrânio Coutinho
- 2 — CONFLITOS DE CULTURAS . . Coelho de Sousa
- 3 — RETRATO DE ALFONSUS DE GUIMARAENS Enrique de Resende
- 4 — LINDOLFO ROCHA Aloísio de Carvalho Filho, Múcio Leão, Nilo Bruzzi e Afrânio Coutinho
- 5 — O PROBLEMA DA LÍNGUA BRASILEIRA Homero Senna
- 6 — O CONDOR SERGIPANO Lincoln de Souza
- 7 — O ENSINO DO JORNALISMO . Carlos Rizzini
- 8 — UMA INTERPRETAÇÃO DA CRISE PORTUGUESA Herbert Parentes Fortes
- 9 — O ENSINO DE PORTUGUÊS . . . Celso Cunha
- 10 — JORNALISMO E UNIVERSIDADE . Celso Cunha
- 11 — ALGUNS PERSONAGENS Eneida
- 12 — A CULTURA BRASILEIRA E SEUS EQUÍVOCOS Euryalo Cannabrava
- 13 — VOCAÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA Umberto Peregrino
- 14 — BERNANOS E O PROBLEMA DO ROMANCISTA CATÓLICO . . . Raymundo Souza Dantas
- 15 — CONVERSA COM AMERICANOS . Saldanha Coelho
- 16 — JORNALISMO E LITERATURA . Antonio Olinto
- 17 — NOVA CONVERSA SOBRE GRAÇA ARANHA Rodrigo Octavio (Filho)
- 18 — BAJO EL ALERO ASUNCEÑO . . . Justo Pastor Benitez
- 19 — FERNANDO TUDE DE SOUSA ... Jornalismo e Educação

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL - 1955